

## MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM PORTUGAL ALGUMAS REFLEXÕES PARA A DINAMIZAÇÃO DO ESTUDO DESTA ÁREA

Carlos Vieira de Faria \*

---

### Apresentação

O texto que agora se publica foi objecto de algumas alterações<sup>1</sup>. De facto, num primeiro momento, moveu-nos o desejo de proceder ao levantamento e avaliação dos trabalhos, publicados ou referenciados, sobre a temática dos movimentos sociais urbanos em Portugal. Os resultados da pesquisa não permitiram, pela sua fraca significatividade, prosseguir no caminho inicialmente traçado. Apesar disso, pareceu-nos interessante, mesmo assim, reflectir sobre tal situação. O segundo momento singularizou-se, então, pela ideia de dinamizar uma frente de trabalho sobre o tema em causa. Ela nasceu à medida que se tomava consciência da desactivação de estudos neste domínio restrito, num contexto em que, paradoxalmente, se assistia a uma intensificação e renovação da produção científica em torno de temas urbanos.

Quer a ideia de avaliação da produção sociológica portuguesa no domínio dos movimentos (sociais) urbanos, quer a ideia da sua dinamização com o lançamento de uma estrutura organizativa de trabalho conjunto, encontram a sua fundamentação num entendimento dos movimentos urbanos como instrumento teórico-metodológico relevante para o estudo das mudanças que a sociedade portuguesa vem enfrentando depois dos anos 60. Há quem pense que as acções de protesto em meio urbano estão, hoje, relativamente ausentes da cena urbana. Outros dirão que uma leitura mais cuidada da realidade portuguesa, dos *mass media* em particular, mostra que os protestos urbanos não são, como parece, tão raros quanto isso. Estas e outras afirmações opinativas merecem ser confrontadas com a realidade. Só que tal confronto nem sempre tem sido viável. O conhecimento da nossa realidade é ainda bastante parcelar e sem carácter sistemático.

Mais do que discutir a natureza *polémica* e o carácter *problemático* dos movimentos sociais urbanos, nomeadamente a variedade (e ambiguidade) da terminologia utilizada para os designar, insistiremos, neste texto, na necessidade de alimentar a reflexão conceptual sustentada em dados específicos da realidade portuguesa. Ora, tal propósito exige uma organização de recolha (local, regional e nacional) e estudo, obrigando a uma actuação minimamente programada e controlada.

O texto presente, ao retratar um pouco as preocupações que nos animam há mais de trinta anos, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista profissional, acaba por conter, inconscientemente, uma dimensão autobiográfica. Está neste caso, por um lado, o estudo por nós realizado, em Setúbal, sobre esta problemática, entre 1965 e 1995, que nos conduziu a retomar o conceito de movimento social urbano enriquecido, agora, seja com uma perspectiva temporal de longa duração, seja enquadrado na temática da governação urbana. Por outro lado, a regência da (nova) cadeira de "História do Pensamento Sociológico em Portugal" (UAL) alertou-nos, desde 1996, para a conveniência de a comunidade

---

\* Carlos Vieira de Faria. Docente na UAL (Universidade Autónoma de Lisboa), no curso de Sociologia e investigador no CEACS (UAL) e no CEOS (UNL). A correspondência pode ser enviada para a UAL, Rua do Boqueirão dos Ferreiros, 11, 1200-185 LISBOA, por Fax: 21/3977164 ou por email: secgeral@universidade-autonoma.pt

<sup>1</sup> O título dado à comunicação "A Sociologia dos movimentos sociais urbanos em Portugal: Algumas breves considerações" que apresentámos neste IV Congresso de Sociologia foi agora alterado, de forma a restringir as leituras possíveis que o seu conteúdo sugeria. A Organização do Congresso incluiu-a, entre outras opções possíveis, no Grupo de Trabalho "Urbanidades, Ruralidades e Dinâmicas Sócioespaciais".

científica portuguesa, neste caso, os sociólogos, produzirem trabalhos de fundo (por áreas de especialização), colmatando a falta de bases para a construção de uma visão de conjunto da produção sociológica em Portugal depois de 1974. Esta afirmação não ignora algum trabalho (louvável) já feito<sup>2</sup>.

Juntando as duas pontas do novelo, perceber-se-á a nossa sensibilidade para avançar com a ideia do lançamento duma rede de intercâmbio sobre esta temática, podendo e devendo envolver várias universidades e centros de pesquisa, existentes em diversos locais do país, e valorizar uma prática de franca colaboração interdisciplinar, aberta necessariamente à antropologia, história, geografia e sociologia rural. Por se tratar de um texto de *dupla entrada*, reconhecemos que nele as ideias nem sempre se cruzam com elevado nível de significância, pelo que chegámos a hesitar na conveniência da sua publicação. Opinião não secundada por alguns amigos e colegas<sup>3</sup>, que, apesar da aparência de duas linguagens e dois níveis de preocupações, reconhecem positivamente o tom de *deriva* que perpassa o texto, estimulando várias leituras. Acabámos por aceitar a sugestão de dar à luz o que assim nasceu. Obviamente, a responsabilidade do presente texto é toda e tão somente nossa.

Feitas estas alocações de carácter estruturo-genético, o presente texto está organizado em dois pontos centrais. Assim, depois de procedermos, no primeiro ponto, a um sumário olhar crítico sobre a produção, neste domínio, da sociologia portuguesa ao longo destes 25 anos da sua existência, serão explanadas, no segundo ponto, algumas justificações para a dinamização do estudo dos movimentos sociais urbanos.

## I – SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS, EM PORTUGAL

### 1. Breve descrição das obras produzidas

Não é novidade que a instauração da democracia em Portugal, em 1974, consagrou, irreversivelmente, a sociologia a nível da Universidade Portuguesa. Com este acto, foram enterrados, na voragem do tempo, os preconceitos e a cegueira conservadora que dominaram Portugal e dificultaram o desenvolvimento da sociologia como curso universitário durante mais de meio século. Este facto

---

<sup>2</sup> Não ignoramos que algo foi já empreendido neste sentido, nomeadamente a elaboração de bibliografias temáticas, como por exemplo (e não mais do que a título de exemplo): José Luís CASANOVA (1994) - Bibliografia sociológica (publicada) sobre a cidade de Lisboa, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 15, 143-153; Eloy Fernandez CLEMENTE (1988) - A história económica em Portugal (séculos XIX e XX), *Análise Social*, 103/104: 1297-1330; A. F. da COSTA (1996) - Sobre o campo da e as práticas sociológicas em Portugal, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 171-178. (Bibliografia); A. F. da COSTA e José Luís CASANOVA (1996) - Classes Sociais, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 19, 191-195 (Bibliografia); José Luís CASANOVA (1996) - Campo sociológico e publicação - a revista *Sociologia - Problemas e Práticas* (1986-1996), *Sociologia - Problemas e Práticas*, 20, 131-168; Fernando Luís MACHADO (1994) - Bibliografia: Imigração e minorias étnicas em Portugal, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 16, 187-193; A. Sedas NUNES (1988) - Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal, *Análise Social*, 100, 11-55; J. Machado PAIS (1996) - Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa - tradições e mudanças (1985-1995), *Sociologia - Problemas e Práticas*, 21, 197-221; João SEBASTIÃO (1995) - Desvio e marginalidade infantil e juvenil, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 17, 143-149. (Bibliografia); Karin WALL e Cristina LOBO (1995) - A família na sociedade portuguesa, *Sociologia - Problemas e Práticas*, 18, 173-194 (Bibliografia); Maria João QUEDAS (1994) - Bibliografia sobre habitação, *Sociedade e Território*, 20, 124-125. Uma referência especial ainda para a *Introdução* de C. Fortuna em C. FORTUNA (org.), (1997).

<sup>3</sup> Nomeamos, com reconhecimento, o nosso colega Orlando Garcia que leu e criticou pacientemente este texto, sugerindo algumas alterações.

determinou que a sociologia tivesse sido, em Portugal<sup>4</sup>, contrariamente ao que aconteceu na maioria dos países, uma das últimas áreas científicas e profissionais a ser reconhecida no meio universitário e, conseqüentemente, pouco conhecida de outros “públicos”. A sociologia dos movimentos sociais urbanos foi, em certo sentido, aquela área que conheceu, naquele contexto revolucionário, uma relativa notoriedade, tendo, por isso mesmo, contribuído para a divulgação da sociologia num público mais alargado.

Dada a especificidade da criação oficial da sociologia em Portugal e analisando este período de 25 anos da sua (pequena) história, é possível, desde já, identificar duas fases marcantes.

Uma *primeira fase*, desde 1974 até meados dos anos oitenta, que se caracterizou pela publicação de trabalhos, resultantes de múltiplas e diversificadas pesquisas realizadas no âmbito de teses de mestrado e doutoramento, graus académicos cuja maioria deles havia sido iniciada e concluída em universidades estrangeiras<sup>5</sup>. Depois, uma *segunda fase*, obviamente posterior aos anos oitenta, que foi marcada sobretudo por solicitações vindas de diferentes instituições e organizações públicas e privadas, curiosas de explorar as potencialidades de uma nova ciência, até então pouco conhecida entre nós, mas em torno da qual cresciam expectativas. Assistimos então à criação de inúmeros centros de investigação, que passaram a editar as primeiras revistas de sociologia, além de outros trabalhos, estes encomendados por aquelas entidades. A criação da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) aconteceu neste contexto, representando, histórica e objectivamente, um momento determinante de consolidação da sociologia no nosso país.

Fazer estas observações (introdutórias) tem o propósito de lembrar que essas circunstâncias exigem ainda, nos tempos presentes, um maior dinamismo dos sociólogos portugueses. Numa *sociedade*, agora requalificada, *de informação*, é imperioso montar um (outro) tipo de organização que sirva de base a um trabalho, persistente e indispensável, de recolha, pesquisa e arquivo de dados e fontes, possibilitando deste modo um permanente, completo e abrangente conhecimento da realidade portuguesa. O Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra), exemplo entre alguns outros, confirma a regra. Constitui, por isso, um bom ensinamento a seguir.

De facto, faltam ainda trabalhos de cepa, de recolha de dados, de monografias, etc., que permitam a passagem a trabalhos de maior folgo teórico e

---

<sup>4</sup> Ainda que marginalmente ao tema deste texto, julgamos interessante registar que a história da sociologia, em Portugal, apresenta características ímpares, tendo sido, certamente, o único país onde, ao longo de quase um século (precisamente entre 1884, ano em que Teófilo Braga publicou *Systema de Sociologia*, e 1974), dominou um período que denominamos de uma *sociologia sem sociólogos*. Anotado isto, não queremos deixar de recordar que, neste contexto histórico, não tem sentido a discussão da ideia (corporativista e elitista) de criação de uma “ordem”. Tudo isso revela, além do mais, um desconhecimento da (pequena) história da sociologia em Portugal, se se tiver presente, como acabámos de afirmar, que a sociologia em Portugal foi, até 1974, referida, citada, defendida, ensinada, enriquecida e divulgada, por docentes e personalidades sem uma formatura (inexistente) em sociologia.

<sup>5</sup> Portugal foi um dos poucos países que terá vivido esta inédita experiência. Subjugado durante quase 50 anos por um regime autoritário que o impediu de acompanhar as mais arrojadas mudanças que se seguiram à II Guerra Mundial, o país pôde, no entanto, dispor, após a queda do regime autoritário salazarista, quase de imediato e sem esforço algum, de várias dezenas de sociólogos, alguns deles altamente qualificados, para intervir não apenas nas universidades, mas também em muitos outros meios profissionais. Tal convergência de acontecimentos permitiu o pronto arranque, pela primeira vez na nossa história, da sociologia como curso universitário. A fuga ao serviço militar e à guerra colonial acabou por ser, deste ponto de vista, muito proveitosa para o país. A esses jovens (sociólogos) muito ficou a dever o país. De facto, todo o esforço feito para continuarem os seus estudos nos países que os acolheram compensou, positiva e exemplarmente, a deserção a um serviço militar absurdo naquelas condições.

metodológico<sup>6</sup>. Daí a dependência e influência muito acentuada do “estrangeiro” que, salvo algumas exceções, quase vai ditando a *moda*<sup>7</sup>, as correntes, as teorias e as práticas (de reflexão em “gabinete”). Não é nossa intenção afirmar que tais procedimentos sejam negativos. Bem pelo contrário. Apenas nos move o desejo de suscitar uma visão crítica e, porventura, reflexiva.

Apresentada esta macro-visão da “história” da sociologia em Portugal, regressemos ao nosso tema. No que toca à *sociologia dos movimentos sociais urbanos*, apesar de alguma animação editorial nos finais dos anos setenta e início dos anos oitenta<sup>8</sup>, verificou-se, contrariamente ao presenciado com outras áreas da sociologia, o abandono desta linha de investigação. E isto enquanto outras novas frentes de investigação urbana se foram posteriormente afirmando, como o estudo dos *modos e estilos de vida* (I. GUERRA, 1991), *práticas culturais*<sup>9</sup>, *associativismo, bairros* (A. Costa, 1999), *grau de satisfação residencial* (estamos a pensar concretamente na produção do Grupo de Ecologia Social, do LNEC, por exemplo Maria. João FREITAS, 1993), etc.

Não me compete questionar e muito menos avaliar as razões do caminho seguido. Não temos essa pretensão, nem o podemos fazer por agora. Levar-nos-ia demasiado longe e isso ultrapassaria claramente o âmbito deste texto. Mas nem por isso esta postura impede de nos interrogar acerca das razões que motivaram tal abandono. No caso concreto dos movimentos sociais urbanos, acreditamos que a retoma desse filão temático poderia revelar múltiplas potencialidades, quer a nível do urbanismo, quer do conhecimento de realidades sociais mais vastas. E tudo isto é, tanto mais urgente, quanto é certo que a valorização do estudo dos movimentos sociais urbanos que, na prática, nunca existiu de maneira consistente entre nós, se encontra actualmente quase ausente das preocupações programáticas dos principais centros de investigação do país. Mais atentos e dinâmicos parecem estar os colegas<sup>10</sup> historiadores, antropólogos, geógrafos, etc., tentando afirmar-se num mercado cada vez mais corporativista e exigente.

<sup>6</sup> É usual lembrar o trabalho de Marcel Mauss, autor de referência proeminente na sociologia e, sobretudo, em antropologia, se tivermos presente os seus contributos como o “dom” e o “fenómeno social total”, etc., contributos por ele produzidos sem nunca ter saído de Paris e do seu gabinete. A leitura de numerosas obras monográficas, americanas e inglesas, forneceram-lhe os dados e a informação de que necessitava para alimentar a sua reflexão. Sem elas nunca ele teria tido o material indispensável para alimentar a sua reflexão.

<sup>7</sup> O termo *moda* é aqui empregue no sentido que lhe deu António Sérgio, ou seja, de alguém que se abandona “às tendências gerais do ambiente mental em que se está submerso, às palavras mágicas que se encontram em voga, às paixões sociais e aparentes ideias que exercem hegemonia sobre a sua época”. O mesmo autor afirma que será timbre do “homem inteligente... “se tenir dans les courants”, não permitindo o abandono a elas, e julgando-as a todas com domínio de si” (A. SÉRGIO, 1974, 4). Sem querer afirmar que os estudos feitos “à chaud” sobre acontecimentos “em si” sejam destituídos de valor, o termo “moda” é aqui apontado como negativo, quando tal postura impede um trabalho sério e moroso de agregação e montagem de série significativas, cuja compreensão exige tempo de análise e formulação de hipóteses estimulantes.

<sup>8</sup> Ver Carlos Fortuna (org.) (1997), nota n.º 2 da Introdução.

<sup>9</sup> Seria imperdoável não nomear, entre outros, os trabalhos de Maria de Lurdes Lima dos Santos e de Idalina Conde.

<sup>10</sup> Em História é o caso, entre muitos outros, de J-A. FRANÇA (1965 e 1980); de J. M. TENGARRINHA (1993); de Maria José Ferro TAVARES (1993), de António de OLIVEIRA (1990), Maria RODRIGUES, (1999). Estas referências bibliográficas não são, como disse, exaustivas. Neste domínio, a consulta da obra *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, constitui um acto demonstrativo da pujança da História nos últimos 20 anos e das suas principais linhas de força, entre elas os movimentos económicos e sociais. Em Antropologia e Sociologia Rural, existe uma bibliografia também abundante e rica sobre trabalhos publicados sobre diferentes temas das comunidades rurais, impossibilitando uma referência, ainda que breve, numa nota de rodapé. O recente lançamento de Arquivos da Memória (UNL), por exemplo, não deixa de constituir um sinal revelador desse dinamismo, demonstrando um visível avanço deste ramo das ciências sociais sobre a sociologia urbana.

Sem pretender apresentar um levantamento bibliográfico exaustivo, eis os resultados da rápida pesquisa efectuada:

- três interessantes ensaios de V. M. FERREIRA (1975, 1982 e 1986);
- um trabalho de fim de curso de alunos da “École Nationale des Ponts et Chaussées”, orientados pelos professores B. Dubus e Annik Osmont (B. DUBUS, A. OSMONT et alt., 1976);
- as teses de “troisième cycle” de Sérgio LOPES<sup>11</sup> (1977), de Chip DOWS<sup>12</sup> (s/d), este último co-autor também de um trabalho feito a “quente” sobre Setúbal (1977), e Briane BICA (1979).

Outros trabalhos houve sobre movimentos sociais em que foi valorizada uma abordagem política ou em que a análise recaiu sobre acções de protestos populares, desencadeados, porém, fora do campo urbano. No primeiro caso, temos, entre outros, J. MOZZICAFREDDO (1985) e, no segundo, Teresa PATRÍCIO (1989). O trabalho de Isabel GUERRA (1991 e 1993) merece uma referência, apesar de não se situar claramente numa perspectiva de movimento social.

A nível de artigos publicados em revistas portuguesas de Sociologia ou em actas de congressos promovidos pela APS, conseguimos apurar apenas a realização de uma pesquisa sobre a associativismo urbano, na cidade do Porto, da autoria de Helena VILAÇA (1991, 1993, 1994 e 1995). Uma referência também para o trabalho de Marília ANDRADE (1995) centrado no estudo do SAAL, em Lisboa, no período 74-76.

Estamos, é claro, a referir-nos apenas a trabalhos académicos<sup>13</sup> (nível sobretudo de mestrado ou de doutoramento), realizados em Portugal, incidindo sobre uma determinada realidade empírica e cujo conhecimento se tornou possível por terem sido “publicados”, aspecto aqui considerado como critério selectivo. Publicados, no sentido em que foram mesmo publicado em forma de livro, ou referenciados em bibliografias, citados ou resumidos em artigos de revistas portuguesas da especialidade.

Recordamos ainda que a pesquisa empreendida, para este efeito, não nos permitiu, importa salientá-lo, garantir uma inventariação sistemática e minuciosa de estudos sobre a realidade social portuguesa, realizados em Portugal e no estrangeiro, no âmbito de teses apresentadas em Universidades e diferentes centros de investigação, nacionais ou estrangeiros. Proceder a tal inventário constituiria uma tarefa ingente e milionária em custos, mas perfeitamente evitável, se fosse absoluta e universalmente reconhecido por todos os meios científicos e

<sup>11</sup> De salientar que esta tese e a de Charles DOWNS foram ambas orientadas por M. Castells: a primeira, em Paris, no IEDES; a segunda, em Berkeley.

<sup>12</sup> Apesar de nomes diferentes - Charles DOWNS (s/d) e Chip DOWS (1977) -, o autor é o mesmo, desconhecendo-se a razão de tal procedimento. Para ser erro tipográfico é desculpa demasiado simplista: Charles e Chip são nomes cujas grafia é inconfundível, o que torna mais desconcertante ainda a discrepância existente, na mesma obra, entre o nome do rosto do livro e o da segunda capa.

<sup>13</sup> Não citamos aqui trabalhos sobre movimentos urbanos, publicados em revistas estrangeiras. Ficaram também de fora trabalhos de licenciatura em sociologia e outras ciências sociais. Esta observação pretende lançar a sugestão de se encontrar um tipo de organização que possibilite, na perspectiva defendida nesta comunicação, potenciar e orientar trabalhos finais de centenas de “licenciandos” em sociologia dos movimentos urbanos, cobrindo, através das universidades e centros de investigação, as diversas zonas do país. O trabalho monográfico de base poderia ter aqui um bom meio e estrutura de arranque. Ninguém ousará acabar com este verdadeiro desperdício de energias e de capital científico resultante do facto de a maioria esmagadora destes finalistas escolher temas pouco ou nada interessantes? A título de um bom exemplo, relevamos os trabalhos do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, com trabalhos algumas vezes citados (em Chip DOWS et al., 1978, por exemplo), entre eles um que respeita a Setúbal: ALBUQUERQUE, Rosa Maria e LEITE, Helena Maria (s/d) - *A crise da habitação e os processos de luta*, feitos sobre o período de 1974-1976.

académicos a obrigatoriedade de proceder às formas conhecidas de publicitação. Custa a entender que o país, objecto de estudo, desconheça essas pesquisas, quer em termos da sua publicação em livro ou artigo, quer em termos de, pelo menos, alguma referência bibliográfica. Um bom exemplo a citar foi o caso de S. LOPES (1977) e DOWNS (s/d), cujas teses, feitas em França e nos USA, apesar de não terem sido publicadas, têm sido referenciadas e citadas em trabalhos publicados. Foi e é, sobretudo, o caso do trabalho de LOPES (1977), unanimemente considerado como uma referência e uma boa fonte de informação, dado o valor monográfico que o atravessa.

São, pois, estes dados, ainda sumários e parciais, que sustentam os comentários e propostas que se apresentam no ponto seguinte. Ficaram de lado alguns textos exploratórios e de meritoso valor conceptual, feitos em forma de ensaio, sem serem, no entanto, suportados por um profundo conhecimento empírico da realidade portuguesa. Indicar nomes seria redundante, de tal forma eles são conhecidos.

## 2. Alguns comentários sobre o percurso da sociologia dos movimentos sociais urbanos em Portugal

A leitura do que acabou de ser dito no ponto 1. sugere-nos três breves considerações que se apresentam de imediato.

A *primeira* consideração releva o facto de todos os trabalho conhecidos terem tomado como objecto de estudo apenas os anos de 1974-76, período de intensa movimentação popular, de inúmeras experiências de luta e de uma alargada experimentação social, envolvendo vários campos da realidade social, cujo interesse no seu estudo teve larga projecção, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Nada de admirar, pois, que esse período tivesse sido, na altura, o mais estudado. O que estranhámos é que alguns trabalhos, feitos mais recentemente sobre esta temática, retomem novamente aquele mesmo período, sugerindo a hipótese de ser ele o único que fornece dados capazes de basear uma abordagem em termos de movimentos sociais urbanos.

Está em causa uma certa concepção do movimento social e uma visão demasiado unitarista e sincrónica da sociedade. O que se passou *ex post*, prosseguindo e alongando a análise a períodos de tempo em que, aparentemente, nada há daquilo que antes existia, constitui condição *sine qua non* para se perceber e avaliar o *ex ante*. A identificação do actor social só poderá acontecer *a posteriori*. Continua a ser criticável a visão mecanicista de que enfermam certos trabalhos, raros felizmente. Está, pois, em causa o aprofundamento do conceito de movimento social, sendo nossa opinião que a situação portuguesa pode fornecer dados interessantes para alimentar essa reflexão. Depois da valorização da dimensão espacial dos factos sociais, hoje plenamente aceite e consagrada, é chegada a altura de os (re)pensar também numa perspectiva temporal<sup>14</sup>, absolutamente necessária para combater a “falácia da contemporaneidade”<sup>15</sup> da ciência moderna.

A *segunda* reflexão, acentua a predominância de uma perspectiva marxista, valorizando as acções reivindicativas e as lutas urbanas como meio de reforçar e/ou complementar a luta da *classe* operária. Como já o dissemos noutras alturas, a propósito de Setúbal, o termo “morador” tinha muitas vezes o sentido de “trabalhador”. O peso da ideologia revolucionária, ao ditar a predominância da questão operária, explicou a valorização do carácter contestatário das “Comissões de Moradores”, em detrimento das “Associações de

<sup>14</sup> Do mesmo modo como aconteceu com a fresca redescoberta de É. Durkheim, importa retomar e reler autores como G. Gurvitch, entre outros, no que concerne à inclusão e operacionalização da perspectiva temporal na análise sociológica. A bibliografia sobre o tempo não pára de crescer.

<sup>15</sup> Boaventura S. Santos (2000) – *A crítica da razão indolente*, Porto: Afrontamento, 220.

Moradores”, estas saídas do Programa governamental SAAL. Quanto às “Cooperativas de Habitação Económica”<sup>16</sup>, elas foram pouco estudadas ou, quando escolhidas como objecto de estudo, foram apenas abordadas “em si”, desligadas do mesmo movimento social urbano em que se inseriam. A “frente-urbana” continuou a ser predominantemente percebida como uma estratégia aliada e dependente da “frente-trabalho”<sup>17</sup>, entendida esta como protótipo referencial da primeira e abertamente anti-sistémica, com uma linguagem (ainda que aparentemente) revolucionária e uma (in)eficácia política.

A *terceira* e última reflexão tem a ver com o facto de os instrumentos teóricos referenciados nos (poucos) estudos realizados permanecerem tais quais nos foram legados, no essencial, por Touraine e M. Castells, sem nenhum valor acrescentado em função do conhecimento adquirido da especificidade da realidade social portuguesa. Não é muito abonatório o modo mecanicista como alguns destes autores e muito particularmente Castells<sup>18</sup>, foram, por alguns, entendidos e aplicados.

Ressalta da análise das considerações feitas que aquilo que aí está em causa é o próprio entendimento dos conceitos de movimento social urbano e de cidade, assim como a não valorização da importância das memórias e das identidades locais das populações envolvidas. Está assim em causa, na nossa perspectiva, um outro entendimento do movimento social, enriquecido, entre outras coisas, para uma valorização da dimensão temporal, exigindo uma visão diacrónica da sociedade, dimensão fundamental para uma abordagem em termos dinâmicos e, por conseguinte, em termos de conflito, de mudança e de movimento sociais. Por outro lado, na ausência de uma visão da cidade não apenas como processo mas também como projecto urbanos, não era de estranhar que aquilo que se seguiu ao período revolucionário de 74-76 já não encaixasse com uma leitura primária da “chave” marxista: a “revolução” tinha acabado e a rotina “burguesa” e “capitalista” voltava a dominar! Sendo assim, havia que regressar à “frente-trabalho”, fazendo emergir a *empresa*, e não a *cidade*, como último reduto onde se havia acantonado o movimento operário, também ele em crise.

Sem querer forçar a ideia de “moda” (intelectual), pensamos que houve, aqui, algo determinado pelo contexto da época e que, conotando tais procedimentos, teve como resultado a desvalorização, desatenção e, conseqüentemente, o desperdício de informação indispensável a um trabalho sólido de reflexão sistemática e cumulativa.

Se é verdade que os erros não devem repetir-se e se é verdade também que se têm vindo a assistir a novas formas de acções reivindicativas e de protesto popular, alguma coisa haverá que modificar. Apesar do desaparecimento ou, pelos menos, do esbatimento da intensidade e do vigor das formas de mobilização da *classe* operária, na sequência da generalização do fenómeno da fragmentação e precarização da relação salarial, essas novas formas de protesto popular, que vêm ocorrendo na nossa sociedade nas últimas décadas, devem continuar a merecer uma redobrada atenção dos estudiosos. A nossa observação é de que a forma tradicional de o fazer não se coaduna mais com as exigências dos tempos que correm. Disto se ocupará o ponto que segue.

<sup>16</sup> É o que parece depreender-se do texto de J. QUINTELA (1990) e de A. FLEMING et al. (1992).

<sup>17</sup> As primeiras obras de A. Touraine aproximavam-se da corrente de pensamento, dominante na altura, que afirmava o carácter fundador do movimento operário. Tal não se verifica, porém, com a sua produção literária dos finais dos oitenta até à actualidade. Convirá, por outro lado, lembrar que, como muito bem faz Michel AMIOT, Touraine sempre hesitou em aceitar a tese de M. Castells sobre os movimentos sociais urbanos.

<sup>18</sup> É o próprio Castells quem o afirma no Posfácio da 2ª edição de *La question urbaine*, Paris: F. Maspero, 1975.

## II - DINAMIZAÇÃO DO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS. BREVES CONSIDERAÇÕES

### 1. Funcionamento em rede

Qual o motivo desta ideia ? Dada o carácter disperso, pontual, minoritário e efémero dos movimentos sociais, o seu estudo implica a existências de estruturas de intercâmbio capazes de garantir uma circulação de informação mais expedita e um conhecimento dos trabalhos que vão sendo produzidos. A alteração de tais procedimentos passa pela mudança de comportamentos e hábitos organizativos, académicos e científicos, herdados de um tempo e de uma cultura universitária que não se coaduna mais com os tempos do presente.

Vencido o período fundador e tendo presente as modificações profundas que a sociedade portuguesa está atravessando, tudo parece apontar para a necessidade de uma nova estrutura, mais descentralizada e relativamente autónoma, que possibilite a valorização das áreas mais dinâmicas e inovadoras, como aliás já se está procurando fazer.

Subjacente a tudo o que está sendo dito, ressalta o pressuposto de que pode e deve haver uma *sociologia portuguesa*<sup>19</sup>, do mesmo modo que se sustenta haver, também, uma engenharia e arquitectura portuguesas, por exemplo. O que se quer dizer com esta afirmação? Seguramente que ao saber comum e universalmente reconhecido como próprio de uma dada profissão deverá corresponder igualmente uma adaptação ao complexo geográfico-histórico onde ela é exercida. Defender a existência de uma sociologia portuguesa implica, pois, uma forte implicação do quadro conceptual do património universal da sociologia no estudo da realidade social portuguesa, enriquecendo-o, adaptando-o e reformulando-o conforme as situações construídas. Falar de uma sociologia portuguesa é, pois, falar de uma sociologia contextualizada, simultaneamente *extro-determinada* por tudo aquilo que tem a ver com os grandes avanços do pensamento humano, e *endo-determinada* por tudo aquilo que é específico da realidade social onde esse pensamento é aplicado e operacionalizado.

O motor deste projecto será, pois, um melhor conhecimento da realidade portuguesa e, conseqüentemente, da produção científica, baseada em dados das nossas práticas sociais, onde se confronta o velho com o novo, a pluralidade com a diversidade (por vezes em oposição) de interesses e das consciências, o contínuo com o descontínuo, o sincrónico com o diacrónico, o acontecimento com a conjuntura ou a longa duração. Importa criar condições para o debate presencial, que, em ambiente ritual de grupos de interesse, possa dar conta daquilo que se vai produzindo individualmente ou em equipa. É óbvio que a crítica (literária) intelectual prosseguirá o seu caminho, ocupando o seu lugar indispensável e insubstituível em qualquer meio social. A generalização das práticas científicas exigem a multiplicação de canais de divulgação e confronto, criando condições de maior acessibilidade a públicos cada vez mais vastos e especializados.

Os interessados poderão ser todos aqueles que se encontrem, senso lato, motivados para o estudo destas questões. E não são poucos, apesar de tudo, os que, na áreas das ciências sociais e humanas, vão a estes problemas dedicando a sua atenção. Ora, o que acontece, é que o trabalho científico e intelectual, em Portugal, ainda é feito, as excepções felizmente começam a emergir, em contexto de isolamento, nem sempre dispendo da possibilidade de encontrar interlocutores,

---

<sup>19</sup> Fica claro que não nos move qualquer sentimento "nacionalista"! A discussão sobre este ponto não é nova. Dentro de cada campo científico há, também, regiões, i. e., problemas específicos a determinados territórios que podem configurar uma produção sociológica que, confirmando embora o património conceptual e metodológico da Sociologia (tout court), poderá enriquecê-lo e até alargá-lo, regionalizando-o e relativizando-o.

vindos de outras procedências e domínios científicos, para discutir ou confrontar ideias.

É chegado, pois, o momento de concretizar o que todos afirmam e sabem: o desenvolvimento do país exige também mudanças nesta estrutura organizativa da aprendizagem e das práticas de investigação.

## 2. Novos actores urbanos

A insistência no estudo alargado dos “movimentos sociais urbanos” não significa que a dinâmica que se propõe lançar se limitará estritamente ao conteúdo que originariamente lhe foi dado por M. Castells. Dentro dessa categoria, poderão ser incluídas outras frentes de lutas reivindicativas e de protestos populares. A questão de se saber se estas formas de acção colectiva serão ou não movimentos sociais (urbanos) é algo que só mais tarde e *ex post* se saberá. O uso, neste texto, da expressão “movimentos sociais” urbanos deve ser entendido de acordo com esta ressalva.

Muitas das actuais novas formas de acção de base comunitária foram emergindo num contexto de crise económica e ideológica, ocasionando uma franca retracção das anteriores formas de mobilização colectiva (greves e manifestações públicas), de base essencialmente classista. As sociedades hodiernas, de natureza interclassista, distinguem-se sobretudo pela desregulação e, conseqüente, precarização da relação salarial, bem como pela deslocalização de empresas e outras formas de mobilidade daí decorrentes, pela atomização dos comportamentos, pela generalização e massificação dos modelos (da classe média) de consumo e estilos de vida. Neste *fundo social paradoxal*, encontramos o indivíduo, por um lado, centrado predominantemente na esfera privada e familiar, fragilizando a partilha alargada de problemas colectivos, mas por outro lado, também motivado para uma efervescência social que lhe proporcione um reconhecimento social e mediático, revelando desejos latentes de formas de participação que lhes são crescentemente negadas, quer no meio laboral, quer na esfera pública e institucional.

Vejamos as principais tendências e lógicas descoincidentes que subjazem a todas estas mudanças sociais.

Em primeiro lugar, há que relevar a ultrapassagem do movimento operário por novas modalidades de intervenção social e política. Historicamente esta evolução verifica-se a partir do momento em o movimento operário começou a orientar-se, não já pela bússola da revolução e da utopia socialistas, mas sobretudo pela defesa, baseada no princípio da concertação, de melhores condições de vida, de protecção social e de consumo. Daí a insistência na perda de importância do fenómeno classista e a emergência da dimensão comunitária de base territorial (interclassista por natureza).

Em segundo lugar, chamaríamos a atenção para a evolução do papel do Estado. De facto, este vem sendo confrontado, desde os anos 60, com uma forte contestação e radicalismo, promovidos pelos sectores estudantis e outros meios mais politizados e escolarizados, que lhe vêm exigindo um maior sentido prático e menor dogmatismo ideológico. Na fase mais avançada desta evolução, encontramos propostas políticas de descentralização de competências do Estado em favor da administração instâncias regionais e locais. Este aspecto não pode passar despercebido no estudo dos (novos) movimentos (sociais) urbanos. O pretenso conflito de legitimidades destes diferentes poderes não pode deixar de granjear especial atenção dos investigadores.

Um terceiro aspecto que julgamos interessante destacar é a natureza colectiva dos interesses populares, cuja eficácia fica, por isso, dependente da sua capacidade mobilizadora, reivindicativa, mas igualmente negociadora. Na perspectiva dos movimentos (sociais) urbanos, a *natureza dialógica* deste tipo de acção constitui, na realidade, uma séria dificuldade e, por isso mesmo, um

estímulo para a pesquisa. Quanto aos aspectos inibidores da participação em acções colectivas foram já estudados por alguns autores, nomeadamente por Mancur Olson<sup>20</sup>.

Não nos alongaremos mais a apresentar outros aspectos caracterizadores do novo contexto de emergência dos movimentos sociais urbanos. Não foi nossa intenção a divulgação da produção conceptual realizada por Touraine, Castells, Rémy, C. Offe, e muitos outros autores, que têm inspirado e constituído, em Portugal, a base de bastantes ensaios. Queremos sobretudo insistir (uma vez mais) no escasso esforço de *operacionalização* que tem sido feito, entre nós, dessa produção conceptual, e na sua não-aplicação à interpretação de dados específicos da nossa realidade social. Recordamos que o relevo (criticável, dirão alguns) que aqui atribuímos a este ultimo aspecto não anula, bem pelo contrário, a importância da produção teórico-conceptual, sendo de esperar, pois, que esse trabalho prossiga com maior vigor. Noutros momentos, procurámos também contribuir para a discussão da problemática dos movimentos urbanos (C. FARIA, 1997, 1999 e 1999a).

O que está em causa, para já, embora esse confronto e clarificação seja urgente, não será tanto o aprofundamento do conceito de movimento social e da variada terminologia usada na sua designação, mas sobretudo, insistimos neste ponto, a sua adequação à realidade social portuguesa como instrumento de análise. A discussão, por exemplo, dos velhos e novos movimentos sociais, tal como ela tem sido feita entre nós, é uma discussão importada, o que não sendo mal nenhum, pode, no entanto, significar pouca eficácia científica, se ela não for alimentada com a análise de dados empíricos genuínos da nossa realidade social. Para tal, torna-se necessário disponibilizar material monográfico (o que exige a reabilitação da monografia longamente desconsiderada, até há bem pouco tempo, pelos sociólogos). A partir daí, a reflexão “dura” sobre este tema poderá então ser enriquecida com dados específicos à nossa realidade social.

Sejamos claros. O conhecimento da realidade portuguesa fornecerá, seguramente, alguns dados interessantes para alimentar uma reformulação do conceito de movimento social<sup>21</sup>. É óbvio, porém, que a reflexão sobre este conceito não está encerrada, nem se fixará, para sempre, em determinados autores, apesar do carácter original do seu contributo. A procura permanente de novas pistas de abordagem de um qualquer conceito, ainda mesmo quando já se encontre muito bem ancorado teoricamente, constitui, desde o início da humanidade, a razão de ser do próprio trabalho intelectual e científico. Obviamente, é também o que ocorre com a sociologia em qualquer dos campos que ela abarca.

Uma outra ideia-força que atravessa esta nossa proposta de trabalho é a colocação da cidade<sup>22</sup> no centro da investigação sociológica, por ser um tema que se mantém no *top* das problemáticas mais estudadas por outras áreas científicas e profissionais, sendo, por essa razão, um dos raros temas cujo enriquecimento é contínuo e intenso. Para nós, o estudo da problemática dos movimentos sociais, urbanos por natureza, deve articular-se quase sempre com o estudo da cidade, entendida como espaço privilegiado da acção social.

Na verdade, a cidade é hoje claramente assumida como a matriz social privilegiada que permitiu e continua a permitir a socialização e a regulação dos ditames do progresso e da razão. A ciência e a técnica desenvolveram-se extraordinariamente em estreita articulação com o imperativo de libertar o homem das dependências que mantinha em relação aos poderes da natureza e ao poder

<sup>20</sup> OLSON, Mancur{1966}(1978) - *Logique de l' action collective*, Paris: PUF. A Editora Celta acaba de publicar uma versão portuguesa desta obra.

<sup>21</sup> Concretamente, o facto de se tratar de uma sociedade, onde a normalização democrática é ainda jovem e as organizações político-partidárias estabelecem, por vezes, uma relação castradora com os movimentos sociais urbanos.

<sup>22</sup> O termo *cidade* é aqui empregue no sentido lato, sem nenhuma restrição ou conotação de qualquer ordem.

divino. Expressão genuína dessa relação e evolução, as necessidades sociais têm acompanhado o grau de complexidade e de sofisticação atingido pela ciência e técnica localizadas no espaço urbano. Pela sua força de estruturação e de mediação, privilegiadas nas relações estabelecidas entre o homem e a natureza, a ciência e a técnica corporizam, ambas, a capacidade de produzirem e modelarem as necessidades sociais que emergem no contexto urbano.

A cidade, como sabemos, foi sempre e continua sendo o espaço privilegiado do progresso e do crescimento económico, mas também de confronto de ideias, de culturas, ideologias e movimentos sociais diferenciados e contrastantes. Daí a pertinência desta observação. Embora possamos (re)pensar a democracia, o direito de cidadania plena, o cosmopolitismo e a universalidade da vida quotidiana urbana a partir de um período histórico confinado aos séculos XIX e XX e em zonas geográficas do capitalismo desenvolvido, foram sempre organizações e movimentos sociais (como sindicatos, partidos e associações profissionais, culturais e recreativas, etc.) que transformaram os valores de igualdade, de liberdade, de justiça, de fraternidade e de promoção sociocultural em necessidades sociais de tipo urbano.

Torna-se, assim, claro que a cidade se afirmou sempre como espaço de imaginação e de criatividade intelectual e primou pela defesa dos valores da tolerância e da liberdade, individual e colectiva. As necessidades sociais corporizaram-se historicamente em direitos e deveres da cidadania urbana. Por essa razão, os indivíduos e grupos que interagem nos aglomerados urbanos puderam e podem continuar a usufruir da socialização do poder através de processos democráticos de representação, o que lhes permite participar e decidir, indirectamente, sobre a formulação do governo da cidade. A partir de todo o tipo de associações cívicas, profissionais, culturais e recreativas e outras instituições é possível potenciar formas de representação ou de mediação colectivas para defesa de interesses sociais, económicos, espirituais e culturais.

De facto, é por esta direcção que o estudo da cidade se afirma de uma riqueza inesgotável. As cidades continuam sendo estudadas e analisadas em termos de uma realidade plural, valorizando a capacidade nómica dos diferentes actores urbanos, incluindo os habitantes, e a natureza poliárquica do poder urbano. Ela é, pelas múltiplas vontades que nela intervêm, um dos dados privilegiados para se entender a fundo a vivência cultural, política e social de um povo específico. O tema de governação urbana está, por esse motivo, na ordem do dia e é objecto de múltiplas referências em documentos irmanados de organizações internacionais, nacionais, regionais ou locais, seja da sociedade civil, das universidades, organizações políticas, etc.

Se as soluções técnicas existem, falta apenas a vontade política para definir e assumir os meios adequados ao reconhecimento da *cidadinidade*, entendida como a aplicação do “direito à cidade”, no sentido total, abrangendo não apenas o *usufruir* (processo urbano), mas também o *fazer* a cidade (projecto urbano). Fiquem sossegados os mais temerosos. Não se trata de interferir, anular ou dificultar o poder administrativo (urbano) de quem tem que tomar decisões legítimas, mas de exigir, tão somente, um poder urbano que partilhe com os restantes actores urbanos, ouvindo-os e consultando-os. A questão da “participação” constitui, assim, algo que emerge da própria essência (do poder) de cidade, ocupando um lugar central na sociologia urbana. Sabemos que o discurso político-legal usa e abusa desta palavra. Falta, porém, saber até que ponto tudo isto representa uma verdadeira mudança. Fala-se, até à exaustão, de consulta e participação dos cidadãos, sem que isso corresponde a uma verdadeira vontade de tornar possível tal desígnio legislativo. Povo, popular? Vêm-nos ao pensamento a frase de H. Lefebvre: “*On l'évoque, on l'invoque, rarement on le convoque!*”

Ao alinhavarmos esta reflexão para este IV Congresso de Sociologia, partimos da constatação de que, até ao momento presente, os movimentos sociais urbanos têm *revelado* os problemas urbanos. A cidade é como que o rosto

da crise. A mediatização da crise social vem-lhe exactamente da visibilidade e da centralidade que a cidade lhe faculta e proporciona. Daí a tese de que uma nova política de cidade passará sempre pelo delineamento de uma organização urbana mais centrada na preocupação de interagir, integrar do que de excluir.

Pensar tudo isto na sociedade portuguesa constitui, é nossa opinião, um interessante programa de trabalho, dadas as particularidades que caracterizaram e caracterizam o seu processo, tardio e pleno de ambiguidades, de modernização socioeconómica. Alguns autores relacionam a emergência de modalidades várias de protestos populares como reacções (provisórias) à modernização da sociedade portuguesa. Tal entendimento, demasiado restritivo, não releva, porém, a essência deste fenómeno, que, no nosso entender, deve ser construído, sobretudo, em torno da natureza poliárquica do poder (urbano e não só), o que se traduz, no imediato, por acções de desconfiança contra os efeitos perversos da acção governativa e estatal.

A persistência, na nossa sociedade, deste tipo de fenómenos sociais, não deixa de marcar a sua presença no universo político, cultural e ideológico dos portugueses. Encontrar novas bases para dinamizar o conhecimento e estudo das diversas formas de lutas reivindicativas e de protesto popular (definindo-se pelo seu carácter quase sempre heterogéneo, localizado, efémero, disperso, vazio ideológico e procura mediática) é algo cuja urgência é indiscutível. Nisso estive a razão de ser deste texto.

## ALGUMAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ANÁLISE SOCIAL (1973) - "Breve análise do protesto popular contra o projecto de Sines", 40: 912-826,

ANDRADE, Marília (1992) - O Estado, a sociedade e a questão da habitação em Portugal - 1974-1976, *Intervenção Social*, 11/12: 213-247.

BAPTISTA, Luís. V. (1999) - *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas*, Lisboa: Celta.

BICA, Briane E. Panitz (1979) - *Rénovation urbaine "à l'enverse" - Les moradores et la politique urbaine au Portugal: 1974-1976*, Grenoble: Tese de doctorat de 3<sup>e</sup> Cycle.

CHILCOTE, Ronald H. (org.) (1987) - *A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Centro de Documentação 25 de Abril. (Precioso levantamento bibliográfico).

COSTA, A. Firmino da (1999) – *Sociedade de bairro*, Oeiras: Celta.

DOWS, Chip et al.(1977) - *Os moradores à conquista da cidade*, Lisboa: Armazém de Letras.

DOWNS, Charles (s/d) - *Comissões de Moradores and urban struggles in revolutionary Portugal*, Coimbra: (fotocópia fornecida pelo) Centro de Documentação "25 de Abril".

DUBUS, B.; OSMONT, Annik et al. (1976) - *Urbanisme de transition: les luttes urbaines au Portugal (avril 1974-75-76)*, Paris: École Nationale des Ponts et Chaussées.

FARIA, Carlos V. de (1981) - *Novo fenómeno urbano: Aglomeração de Setúbal (Ensaio de Sociologia Urbana)*, Lisboa: Assírio e Alvim.

FARIA, Carlos V. de (1997) - Acção Urbana dos Moradores de Setúbal. Reflexões Preliminares sobre os Movimentos Sociais de Base Territorial, *Anais - Série Sociologia*, Lisboa (UAL), 1: 211-241.

FARIA, Carlos V. de (1999) - A cidade como espaço de apropriação urbana e de inserção social. Considerações sobre a experiência de Setúbal, *Anais - Série Sociologia*, Lisboa (UAL), 2: 125-158.

FARIA, Carlos V. de (1999a) - *As cidades na cidade. Uma perspectiva de longa duração dos movimentos sociais urbanos em Setúbal*, comunicação apresentado no Colóquio "A reinvenção da Teoria Crítica - Sociedade, Cultura e Política no fim do século", Coimbra, acessível na Internet: [www.ces.sonata.fe.uc.pt/coloquio/comunicações](http://www.ces.sonata.fe.uc.pt/coloquio/comunicações).

FERREIRA, V. Matias (1975) - *Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política*, Porto: Afrontamento.

FERREIRA, V. Matias (1982) - Os movimentos sociais urbanos e o SAAL: ambiguidades e equívocos, *Ideia*, 24/25: 17-34.

FERREIRA, V. Matias (1986) - A cidade e o campo: uma leitura comparada do movimento social, 1974-1975, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20: 549-588.

FLEMING, Arnaldo et al. (1992) - *Habitação Cooperativa em Portugal (1974-1991)*, Lisboa: FENACHE.

FORTUNA, Carlos (org.) (1997) - *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras: Celta Editora. Relevamos sobretudo a Introdução.

FRANÇA, José-Augusto (1965) - *Une Ville des Lumières: Lisbonne de Pombal*, Paris: École Pratique des Hautes Études (tradução portuguesa: F. C. Gulbenkian)

FRANÇA, José-Augusto (1980) - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FREITAS, Maria João (1993) - *Acções de Realojamento e reestruturação dos modos de vida: um estudo de caso*, Lisboa: ISCTE (tese de mestrado).

GUERRA, Isabel (1991) - *Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal de 1974 à 1986*, Tese de doutoramento, Universidade de Tours (Sciences Sociales Appliquées au Développement).

GUERRA, Isabel (1993) - Transformações urbanas e modos de vida na península de Setúbal: 1974-1986, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Lisboa: Fragmentos, 836-848.

LOPES, S. (1977) - *État et "Moradores" - Le SAAL et les commissions de quartier à Porto (25 avril 1974-30 août 1976)*, Paris: IEDES, sob a orientação de M. Castells.

PATRÍCIO, Teresa (1989) - *State - led industrialisation and popular resistance: the Sines industrial project in Portugal*, tese de doutoramento em Sociologia do Desenvolvimento, New Brunswick: New Jersey.

QUINTELA, J. (1990) - Vivência cooperativa e desenvolvimento comunitário, *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na viragem do século*, vol. II, Lisboa: Fragmentos, 521-530.

RODRIGUES, Maria (1999) - *Pelo Direito à Cidade. O movimento de Moradores no Porto (1974/76)*, Porto: Campo de Letras.

SILVANO, Filomena (1997) - *Territórios de Identidade*, Oeiras: Celta.

TAVARES, Maria José (coord.) (1993) - *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa: Universidade Aberta.

TENGARRINHA, J. (1993) - *Movimentos populares agrários em Portugal*, Mem Martins: Europa-América.

VILAÇA, Helena (1991) - Associativismo urbano e participação na cidade, *Sociologia*, 1: 175-185.

VILAÇA, Helena (1993) - Território e identidade na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa, *Sociologia*, 3: 51-71.

VILAÇA, Helena (1994) - Territórios e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa, *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Lisboa: APS, p. 401-421.

VILAÇA, Helena (1995) - As associações de moradores enquanto aspecto particular do associativismo urbano e da participação social, *Sociologia*, 4: 49-97.